



IV - INFRA-ESTRUTURA

2008

Em janeiro de 2007, foi lançado o mencionado PAC que, além de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulo ao crédito e ao financiamento, constitui-se em um conjunto de projetos de investimento em infra-estrutura. As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e indução ao investimento privado. Essa carteira, composta de projetos nos setores de energia, logística e infra-estrutura social (transporte urbano, saneamento e habitação), já apresenta resultados na expansão da capacidade produtiva nacional com impactos na elevação da produtividade sistêmica da economia.

1. Energia

Em 2007, o Brasil confirmou a retomada do ciclo de crescimento da economia, ensejando diversas ações, notadamente as contidas no PAC, para garantir o suprimento de recursos energéticos com modicidade tarifária, compatível com o comportamento da economia. O aumento da demanda por energia intensificou leilões de energia nova, ampliação de linhas de transmissão e da malha de gasodutos. Em outra frente, o Governo realizou a Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, prosseguindo na trajetória de aumento da produção de petróleo e gás.

Em relação à produção de energia sustentável, merece destaque a ampliação dos investimentos em biocombustíveis. Na esteira desse processo, as políticas de inclusão social foram ampliadas com a incorporação crescente de pequenos agricultores na cadeia produtiva do biodiesel.

As perspectivas para 2008 estão alinhadas à continuidade do aumento da oferta energética do País, com o fortalecimento do planejamento estratégico do setor que propicie aumento dos investimentos de forma a assegurar a infra-estrutura energética necessária ao desenvolvimento econômico sustentável do País.

Em 2007, concluiu-se o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, documentos que, juntos, fornecem estratégias de desenvolvimento, bem como os investimentos em energia necessários para a expansão da oferta interna de energia até 2030. Além do Plano Decenal de Energia 2007-2016, também foram iniciados os trabalhos para o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017, provendo uma visão de futuro que propicia investimentos em energia no médio e longo prazo de uma forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional.

a) Energia Elétrica

Em consonância com o PAC, o Governo, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME) programou, para 2008, um conjunto de ações para garantir a expansão do sistema elétrico em conformidade com as taxas de crescimento do PIB previstas para o horizonte 2008/2011. Nesse contexto, uma das prioridades é a integração energética entre as regiões elétricas brasileiras, estando prevista, em 2008, a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da linha de transmissão Jauru/Vilhena, o que proporcionará a expressiva economia na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Na perspectiva da segurança do suprimento de energia elétrica, serão licitados, neste exercício, cerca de 3.000 km de linhas de transmissão, contemplando o sistema de transmissão associado à Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, no Rio Madeira.

No campo da geração, foi leiloada, em dezembro de 2007, a UHE Santo Antonio, de 3.150 MW, cujo início de operação acontecerá até o final de 2012. Além disso, com o objetivo de diversificar as fontes de geração de energia elétrica, será dada continuidade ao processo de construção da usina termonuclear de Angra III e outorgadas usinas de geração para mais 3.000 MW médios. A previsão de investimentos para o ano de 2008 em geração é de R\$ 20,39 bilhões, sendo R\$ 7,83 bilhões em usinas hidrelétricas (UHEs) e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), R\$ 5,26 bilhões em usinas termelétricas, incluindo Angra III, e R\$ 7,29 bilhões com usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Além disso, o Governo vem buscando novas fontes alternativas de geração de energia elétrica, pautadas por mecanismos de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Protocolo de Quioto. Destaques nesse sentido para o mencionado Proinfa e o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que fomentam o setor produtivo no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e atraem novos investimentos.

a.1) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Em 2007, foram realizados três leilões de energia nova, com comercialização de 3.802 MW médios e, em dezembro foi realizado o referido leilão de concessão da UHE Santo Antonio, de 3.150 MW, com deságio de 35% no valor do MW/hora, resultando no preço final de R\$ 78,77 por MW/hora. Também foi realizado um leilão, com 1.930 km de novas linhas de transmissão, com deságio médio de 54,9%. Está programado para 2008, o leilão da UHE Jirau.

a.2) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

A capacidade de geração de energia elétrica, ao final de 2007, alcançou 106.202 MW, incluindo a energia importada. Nos últimos cinco anos, a capacidade de produção do sistema elétrico aumentou 23,2%, correspondendo a 18.639 MW. Esse acréscimo é composto por 10.371 MW de fontes hidrelétricas, 8.262 MW de fontes termelétricas e outras fontes. Destaque, no exercício passado, para a conclusão da II Etapa da UHE Tucuruí, com mais 1.125 MW, UHE Campos Novos, com 880 MW, UHE Itaipu, com a entrada em operação da unidade geradora 18ª, de 700 MW, UHE Capim Branco II, com 210 MW, Usina Termoelétrica (UTE) Termorio, com mais 330,7 MW e as usinas do Proinfa – Etapa I, que totalizam 242 MW.

No âmbito do PAC, em 2007, na área de geração de energia elétrica, considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas as licenças ambientais de 18 UTEs, nove UHEs e dois PCHs, bem assim 12 autorizações de acesso a terras indígenas para estudos de bacias hidrográficas. Foram iniciadas as obras de 15 UHEs, 16 UTEs e 10 PCHs, entre elas a UHE Simplício, UHE Dardanelos e UHE Estreito e foram concluídas, dois UTEs, em 2007.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, ao final de 2007, a extensão de 87.235 km. Entre 2003 e 2007, foram construídos 14.729 km de linhas de transmissão, com incremento de 20,3%, em relação a 2002. Esse crescimento proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do País, garantindo as condições necessárias para o suprimento de eletricidade com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Entre as obras de transmissão, concluídas em 2007, no âmbito do PAC, destaca-se a entrada em operação de 850 km de Linhas de Transmissão (LT), dentre elas a LT 230 kV Barra Grande – Lages – Rio do Sul. Ainda em relação ao PAC, na área de transmissão de energia elétrica, foram obtidas 15 licenças ambientais, sendo cinco Licenças Prévias (LP), cinco Licenças de Instalação (LI) e cinco Licenças de Operação (LO). Entre as LTs integrantes do PAC, cinco tiveram suas obras iniciadas em 2007, como a LT Desterro-Palhoça e a Interligação N-S III, e cinco foram concluídas.

a.3) Planejamento do Setor Elétrico

Em prosseguimento ao processo de retomada do planejamento do setor elétrico, o Governo, por intermédio do Grupo Eletrobrás e seus parceiros privados e do MME, por meio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realiza estudos de inventário hidrelétrico das bacias hidrográficas Branco, Aripuanã, Jarí, Araguaia, Tapajós, Itacaiunas, Sucunduri, Trombetas e Juruena, com potencial estimado a inventariar de cerca de 32.000 MW, até 2010. Até o primeiro trimestre de 2009, está previsto ser concluída a maior parte desse potencial – cerca de 31.850 MW. Além dos inventários, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade dos aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Marabá, Tabajara, Teles Pires e Apicás, que totalizam cerca de 17.300 MW. Esses aproveitamentos estão inseridos no PAC, sendo 17.785 MW, com conclusão prevista até o segundo semestre de 2009.

a.4) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa

A implementação do Proinfa, por meio da contratação de energia de Produtores Independentes (PIEs) de fontes alternativas, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa, tem permitido o aumento da oferta de energia elétrica, a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto, e contribuído para o desenvolvimento sustentável. O investimento total do Programa é da ordem de R\$ 11 bilhões sendo os bancos públicos federais (BNDES, BASA, CEF, BB e BNB) os principais agentes financiadores.

Após a realização de duas chamadas públicas, foram contratados pela Eletrobrás os 3.300 MW estipulados pela legislação, sendo 1.423 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de pequenas centrais hidrelétricas e 685 MW de biomassa, perfazendo um total de 144 empreendimentos, com data limite para entrada em operação de 30 de dezembro de 2008. Desses empreendimentos, 39 já estão em operação, somando 964 MW; 61 estão em construção, somando 1.001 MW; e 24 estão com EPCs (Engenharia, Fornecimento e Construção) contratadas (732 MW) e ainda não iniciaram a construção (513 MW). Esse resultado sinaliza que 82% do Proinfa já está viabilizado.

Dando continuidade à inserção das fontes alternativas renováveis na matriz brasileira, em junho de 2007, foi realizado o 1º Leilão de Compra de Energia Proveniente de Fontes Alternativas, resultando no acréscimo de uma potência instalada total de 638,64 MW em novas usinas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a partir de 2010, sendo 541,9 MW provenientes de termelétricas movidas à biomassa e 96,74 MW de PCHs.

a.5) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

O Governo tem atuado na busca da estabilidade do marco regulatório, por meio da definição das regras técnicas e econômicas para os serviços de energia elétrica, da fiscalização de seu cumprimento, sob a ótica técnica, comercial e econômico-financeira,

da mediação de conflitos e da operacionalização das decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica. Para o biênio 2007-2008, foi elaborado o Plano de Metas Bienais, enfatizando os compromissos com a coerência dos regulamentos do setor, a modicidade tarifária, o aprimoramento metodológico para revisão tarifária, a transparência e o fortalecimento dos instrumentos de diálogo com a sociedade.

Em 2007, no que diz respeito à regulamentação, destacam-se as revisões e reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica. Com a realização do 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, período 2007/2010, foram feitas revisões em sete distribuidoras em 2007, e mais trinta e sete estão previstas para o exercício de 2008. Quanto ao reajuste tarifário anual, a meta realizada foi relativa a cinquenta e sete distribuidoras, em 2007, e para este exercício a meta é alcançar vinte e sete distribuidoras.

Quanto ao segmento de transmissão, iniciou-se o primeiro ciclo de revisão tarifária, que promoveu a revisão de dez transmissoras, em 2007. Está previsto, para 2008, o aprimoramento da regulamentação dos critérios para composição da rede básica do SIN e do acesso e uso das redes de transmissão e distribuição, dentre outros temas relevantes para o setor elétrico.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, até o mês de novembro de 2007, foram realizadas 1.497 fiscalizações e está programado, para o próximo exercício, a realização de 2.046 fiscalizações de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição. Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizados a prevenção de condutas irregulares e o acompanhamento do atendimento a consumidores livres e de baixa renda, e do programa de universalização no uso da energia elétrica.

Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que resulta em ações corretivas e efetivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. A exemplo do resultado obtido em 2007, que reduziu os gastos com a CCC em aproximadamente 36% em relação ao apurado no exercício de 2006, resultando em benefício direto a todos os consumidores do País. As ações de fiscalização para 2008 têm como uma das suas principais diretrizes a busca pela modicidade tarifária.

Os serviços da Central de Tele Atendimento aos Consumidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), bem como as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, proporcionaram um total de atendimento médio de um milhão e trezentas mil solicitações por ano. No sentido da ampliação da transparência dos atos da Aneel, destacam-se, em 2007, a realização das audiências públicas, como sustentação ao processo de regulação, a abertura das informações das contas de energia elétrica, com a publicação da cartilha “Por Dentro da Conta de Luz” e a seqüência dada às reuniões públicas de diretoria transmitidas ao vivo para todo o País, pela Internet.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

No âmbito do PAC, as áreas de Petróleo e Gás Natural em seus eixos de produção e exploração de petróleo, modernização e ampliação do parque de refino e produção de gás natural obtiveram os seguintes resultados globais: 26 obras foram iniciadas e 11 empreendimentos foram concluídos ou tiveram início de operação no ano de 2007, dentre eles as plataformas P-52 e P-54 e os gasodutos Cacimbas-Vitória e Carmópolis-Pilar.

Em relação ao processo de licenciamento ambiental foram obtidas 41 licenças sendo 13 Licenças Prévias (LP); 16 Licenças de

Instalação (LI) e 12 Licenças de Operação (LO). Na área de Biocombustíveis entraram em operação 30 novas unidades de produção, sendo 14 de biodiesel e 16 de álcool.

Em 2007, a produção média brasileira de petróleo foi de 1,83 milhão de barris por dia e a de gás natural de 49,2 milhões de m³ por dia. Com o objetivo de ampliar a oferta desses produtos, seis novas plataformas entraram em operação, o que permitiu uma oferta adicional, em dezembro de 2007, da ordem de seis milhões de m³ por dia de gás natural e de 185 mil barris por dia de petróleo. Em 2008, deverão ser iniciadas as operações das seguintes novas plataformas de petróleo e gás natural:

- i) plataforma PRA-1, que será parte fundamental do Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos e permitirá o escoamento e o tratamento do óleo proveniente de grandes projetos de produção naquela bacia;
- ii) plataforma P-51, no Campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos;
- iii) FPSO Cidade de Niterói (navio de exploração e armazenamento de petróleo ou gás e escoamento da produção por outros navios), no Campo de Marlim Leste (área de Jabuti), na Bacia de Campos; e
- iv) implantação da FPSO São Mateus no Campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo.

b.1) Marco Legal do Setor Petróleo e Gás

A partir da confirmação da nova província petrolífera de Tupi, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), considerando a importância dessa descoberta e com vistas à preservação dos interesses nacionais, requereu a realização de estudos pelo MME de possíveis alterações no marco legal desse setor. Tais mudanças deverão contemplar um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural no País, introduzido pela descoberta da nova província petrolífera, tendo como premissa o respeito aos contratos em vigor.

O desenvolvimento do setor do gás natural demanda um arcabouço legal que possibilite a criação de um mercado competitivo e garanta investimentos na expansão da infra-estrutura de transporte e armazenamento. Nesse sentido, ao longo de 2007, o Ministério de Minas e Energia acompanhou a tramitação do Projeto de Lei do Gás que dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização de gás natural.

b.2) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural

O Governo monitorou, durante o ano de 2007, a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. A situação da malha, nesse ano, foi a seguinte: de um total de 4.548 km, 1.436 km estão em fase de construção ou testes, 2.480 km encontram-se em fase de projeto ou de licenciamento ambiental e 632 km foram concluídos. A malha atual, em operação, é de 6.243 km.

Em 2008, serão iniciadas as obras dos gasodutos Gasduc III (RJ), Japeri-Reduc (RJ), Caraguatatuba-Taubaté (SP), Gaspal II (SP), Gasan II (SP), Paulína-Jacutinga (SP), Gasbel II (MG/RJ), Pilar-Ipojuca (AL/PE) e Cacimbas-Catu (Perna Norte do Gasene) (ES/BA). Além disso, deverão ser concluídas as obras de construção e montagem do trecho Taubaté-Japeri (SP) do Gasoduto

Campinas–Rio (SP/RJ), do Gasoduto Coari–Manaus (AM), do GLPduto Urucu–Coari (AM), do trecho Catu–Itaporanga (BA/SE) do Gasoduto Catu–Carmópolis (BA/SE) e do Gasoduto Cabiúnas–Vitória (RJ/ES).

b.2.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

A Resolução CNPE nº. 04, de 2006, definiu como prioritária e emergencial a implementação de Projetos de Gás Natural Liquefeito – GNL. Compostos pela importação de gás natural na forma criogênica, armazenamento e regaseificação, bem como a infra-estrutura necessária, esses projetos objetivam facilitar o ajuste da oferta às características do mercado, seja por meio de oferta firme e regular para demanda industrial, residencial e automotiva, seja pela oferta flexível para termelétricas. Estão sendo implantados dois terminais de GNL, localizados, no Porto de Pecém (CE) e na Baía de Guanabara (RJ), cujas capacidades de regaseificação são, respectivamente, de seis e 14 MMm³/dia de gás natural. No segundo trimestre de 2008, está prevista a entrada em operação desses dois terminais.

b.2.2) Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás)

O Plangás é constituído de projetos de exploração, produção, processamento, e infra-estrutura de transporte de gás natural. Ao longo de 2007, foram iniciados os processos de licenciamento ambiental dos campos de Uruguá-Tambaú e Mexilhão (Bacia de Santos) e Camarupim (Bacia do Espírito Santo), bem assim dos empreendimentos ligados ao setor de abastecimento: terminal de Cabiúnas (RJ), ampliação da Refinaria Duque de Caxias – Reduc (RJ) e adaptação dos terminais de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ). Além disso, foram iniciadas as obras nos campos de Merluza – Lagosta e Canapu (Bacia de Santos) e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES). Destaca-se também a assinatura, em novembro de 2007, do contrato de construção e montagem da unidade de gás natural da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão.

b.3) Refino, Abastecimento e Petroquímica

O Governo, por intermédio da Petrobras, está investindo na melhoria da qualidade das refinarias para aumentar a produção e o valor agregado dos derivados produzidos. Está investindo, também, no abastecimento. Assim, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foram contratados, em 2007, a construção, em estaleiros nacionais, de vinte e três navios de grande porte.

No setor de petroquímica, destaca-se o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape. O Comperj produzirá derivados convencionais e petroquímicos básicos, otimizando o uso de petróleo nacional. A Petroquímica Suape produzirá 550 mil toneladas por ano de PTA (ácido teraftálico purificado), devendo entrar em operação em 2009. Na indústria petroquímica, os investimentos totalizam R\$ 7,36 bilhões entre 2007 e 2010, com destaque para os empreendimentos da Petrobras, por meio da Petroquisa. Em 2008, a Petroquímica Paulínia (SP) deverá iniciar suas atividades.

Ainda neste ano, será iniciada a construção e a montagem da Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco. Essa refinaria destina-se a processar petróleos pesados e extrapesados, e estará concluída ao final de 2010. O dique-seco do Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estará concluído em 2008. Esse dique será destinado a construir e reparar cascos de navios superpetroleiros e plataformas de produção de petróleo. Em Pernambuco, as obras do Estaleiro Atlântico Sul e de seu dique-seco, que será o maior do hemisfério sul, terão continuidade rumo à conclusão em 2009.

b.4) Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios

A Nona Rodada de Licitações foi realizada com sucesso, em novembro de 2007, e contou com a oferta de duzentos e setenta e um blocos. Da totalidade desses blocos, cento e dezessete (43%) foram arrematados por trinta e seis empresas, sendo vinte e duas de capital nacional. Destaque-se que sessenta e sete empresas foram habilitadas para o certame. Como resultado, houve a arrecadação de R\$ 2,2 bilhões a título de Bônus de Assinatura, que é valor recorde em comparação com as demais rodadas já realizadas no Brasil. Em relação ao Programa Exploratório Mínimo, estimam-se investimentos de R\$ 1,4 bilhão na execução dos trabalhos de prospecção nesses blocos nos próximos quatro anos.

Para 2008, está prevista a retomada e conclusão da Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios. Essa Rodada foi planejada para ofertar áreas com maior potencial para gás natural, de modo a atender à crescente demanda desse energético, bem como para diminuir a dependência externa do mesmo.

Também, em 2008, é prevista a realização da Terceira Rodada de Licitações de Campos Marginais – alguns campos de petróleo e gás natural –, que são considerados marginais por empresas de grande porte, mas que podem vir a ser de interesse de empresas de menor porte. Os empreendimentos decorrentes dessa Rodada, ao mesmo tempo em que demandarão bens e serviços locais, irão gerar empregos e distribuição de renda.

b.5) Aumento das Reservas de Petróleo e Gás

No início de 2007, as reservas nacionais de petróleo e gás natural eram da ordem de 12,2 bilhões de barris e de 347,9 bilhões de m³, respectivamente. Em novembro de 2007, a Petrobras anunciou a confirmação da descoberta da mencionada Reserva de Tupi, que se vislumbra ser o maior campo de petróleo e gás já descoberto no País, capaz de aumentar, sozinho, as reservas nacionais em até 50%. Confirmado esse fato, o Brasil entrará no seleto grupo de grandes produtores mundiais. A acumulação de petróleo leve e gás de Tupi poderá alcançar volumes entre cinco e oito bilhões de barris equivalentes de petróleo, localizados em profundidades de cinco a sete quilômetros. Essa descoberta se dá em seqüências sedimentares do pré-sal, na bacia de Santos, no litoral sudeste do País. A acumulação é parte de uma nova província petrolífera que pode se estender por uma área de 800 km por 200 km de extensão, nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

b.6) Regulação e Fiscalização do Setor Petróleo, Gás e Biocombustível

A Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) controlou e monitorou, direta e indiretamente, em 2007, mais de quatrocentas concessões na plataforma continental e em terra, de forma a garantir o cumprimento de programas exploratórios e da produção. Em 2008, a ANP deverá controlar cerca de 785 concessões (350 campos de produção e aproximadamente 435 blocos exploratórios).

Foram realizadas 23.262 ações de fiscalização, em 2007, sendo que 15% desse quantitativo foi decorrente do trabalho desempenhado pelos órgãos conveniados, totalizando 3.534 ações. Esse resultado representou um aumento de 22% em relação ao mesmo período de 2006. Para 2008, o objetivo é realizar 25 mil ações de fiscalização no mercado de distribuição e revenda de combustíveis.

Em 2007, foram monitoradas 157.128 amostras de combustíveis, até o mês de novembro. Verificou-se uma melhora significativa nos índices de qualidade, notadamente do álcool etílico hidratado cujo índice de não-conformidade de 12,6%, em 2002, caiu para 3,2% em 2007. No que se refere ao índice de não-conformidade do diesel, foi observada a sua contínua redução, mesmo com a entrada de biodiesel no mercado nacional para revenda em postos de B2, o que resultou em um índice de 1,8%, em 2007, comparado ao de 5,9%, em 2002.

b.7) Biocombustíveis

b.7.1) Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) vem contribuindo para colocar o Brasil na vanguarda do desenvolvimento de uma política energética sustentável. Os investimentos na cadeia produtiva e a produção de biodiesel estão em ritmo acelerado. Em 2007, a produção suplantou 400 milhões de litros e registrou crescimento superior a 400% em relação a 2006. Merece destaque a inserção de pequenos agricultores na cadeia produtiva do biodiesel, resultando na inclusão de mais de 100 mil famílias, em 2007, gerando mais emprego e renda na agricultura familiar brasileira. A esses benefícios soma-se a redução das importações de derivados de petróleo, com ganhos na balança comercial da ordem de US\$ 500 milhões/ano com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel – denominada mistura B2.

Esses resultados foram alcançados graças aos leilões públicos de biodiesel promovidos pelo Governo, entre o final de 2005 e meados de 2007, o que proporcionou considerável avanço na curva de aprendizado em todos os elos da cadeia produtiva, mesmo na fase em que não havia obrigatoriedade legal da mistura B2. Em novembro de 2007, foram realizados dois leilões voltados ao suprimento das necessidades de biodiesel para o primeiro semestre de 2008, uma vez que, a partir de janeiro de 2008, a mistura B2 passou a ser obrigatória em todo o território nacional.

O volume necessário de biodiesel para atendimento dessa demanda será da ordem de 800 milhões de litros anuais. No final de 2007, o CNPE também autorizou a realização de leilões para formação de estoques de segurança visando garantir o suprimento de biodiesel nos primeiros meses de 2008. Estão previstos, para 2008, leilões adicionais para atender as necessidades da mistura obrigatória B2 no segundo semestre do ano e para o desenvolvimento do mercado para uso do biodiesel em misturas superiores a 2%, tendo em vista que já se encontram em fase conclusiva os testes veiculares destinados à extensão da garantia dos motores também para o uso da mistura B5. Complementando esses avanços, em 2008, deverão ser incorporadas quinze novas unidades produtivas, estimando-se que a produção nacional de biodiesel ultrapasse a marca de um bilhão de litros em 2008.

b.7.2) Etanol

Em 2007, o Brasil avançou no sentido de consolidar sua posição de destaque na produção, utilização e exportação de etanol. Em março de 2007, foi assinado acordo de cooperação com os Estados Unidos com o objetivo de promover o desenvolvimento desse biocombustível na América Latina, mediante esforço conjunto. Além disso, Brasil e Estados Unidos pretendem avançar na cooperação tecnológica rumo à segunda geração de biocombustíveis, com o domínio das técnicas de hidrólise da celulose, o que propiciará ganhos significativos com o aumento da produtividade do etanol por hectare cultivado.

Em novembro de 2008, o Brasil sediará o Fórum Internacional de Biocombustíveis. Nessa conferência internacional, Brasil, China, Índia, Estados Unidos, África do Sul e União Européia trabalharão conjuntamente para estabelecer padrões comuns para o etanol visando sua transformação em *commodity* energética. Também em 2008, deverão ser incorporadas vinte e seis novas usinas, estimando-se que a produção nacional de etanol ultrapassará a marca dos atuais 21 bilhões de litros já na próxima safra 2008/2009. Ainda em 2008, está previsto o início das obras do alcoolduto entre Senador Canedo (GO) e o terminal de São Sebastião (SP), o que contribuirá para melhorar ainda mais a competitividade do etanol brasileiro.

c) Geologia e Recursos Minerais

Em 2007, teve continuidade a implementação de programas e ações para uma maior eficiência na gestão dos recursos minerais nacionais e para a aquisição de informações geológicas e geofísicas do território, com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria mineral.

Em 2008, estão previstos o início dos estudos para a elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a implantação do Conagem (Conselho Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), órgão colegiado consultivo para a proposição de políticas públicas setoriais e a implantação do Plano Nacional de Extensionismo Mineral, de forma a apoiar e fomentar a pequena mineração.

No segmento de conhecimento geológico, foram realizadas ações que objetivaram a geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do território nacional, tendo sido realizados levantamentos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, e cobertura com aerogeofísica de alta resolução, visando facilitar e induzir o investimento privado em prospecção e pesquisa mineral. Neste exercício, com a abertura de crédito extraordinário havido em 2007 e a implementação de projeto especial voltado para a região Amazônica, está programada a execução de 432.213 km² de levantamentos geológicos e 644.270 km² de levantamentos aerogeofísicos. Para a região do Semi-árido nordestino os levantamentos hidrogeológicos serão prioritários.

As ações de modernização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, implementadas em 2007, proporcionaram resultados significativos para o setor mineral. Foi intensificado o foco nas outorgas minerais, tendo sido desenvolvidos três sistemas que operam totalmente em ambiente de rede, garantindo-se segurança, transparência e agilidade na emissão de títulos minerários. As ações de modernização da gestão mineral têm elevado o nível de confiança do investidor, aumentando expressivamente o número de novos requerimentos de pesquisa. Em 2007, esse número ultrapassou a casa dos 22 mil novos requerimentos, ante um total de aproximadamente 7.700 requeridos no ano de 2002. Também como reflexo dessa modernização, o prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, diminuiu para três meses, no máximo, em 2007.

2. Transportes

O Governo retomou o processo de planejamento integrado de transportes a médio e longo prazo, tendo concluído em 2007 a 1ª versão do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLTL, cujo relatório executivo foi colocado na íntegra à disposição da sociedade brasileira, no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (MT). Foi também iniciado o processo de institucionalização do PNLTL com a atualização e reavaliação das perspectivas dos Estados, mediante a realização de reuniões em todas as 27 Unidades da Federação, com a presença dos setores governamentais e setores privados envolvidos, incluindo usuários, operadores de transportes,

entidades do setor agrícola, industrial e de serviços e meio acadêmico. Esse trabalho fortalece a capacidade do Governo de promover a oferta permanente de infra-estrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens no sistema nacional de transportes, sob sua jurisdição, observando os aspectos de segurança, de regularidade, confiabilidade e a redução de custos para o usuário.

Em 2008, está prevista a consolidação de um conjunto de projetos e ações tais como a estruturação de corredores estratégicos de transportes, o estímulo a maior participação dos modais aquaviário e ferroviário na matriz de transportes, o apoio ao desenvolvimento da indústria do turismo e a consolidação da ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul com vistas a atender com eficiência a demanda decorrente do crescimento econômico do País, principalmente do comércio exterior, reduzir os níveis de ineficiência, contribuindo para a diminuição do número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes.

Com a mencionada criação do PAC, na área de transporte os investimentos desse Programa, especialmente em logística de transportes, estão orientados para a manutenção, recuperação e ampliação da infra-estrutura do País, diversificando os modais para um maior equilíbrio da matriz de transportes.

No modal rodoviário, o PAC abrange toda a malha viária federal de forma a conferir à mesma adequada trafegabilidade, uma vez que assegura recursos para sua manutenção e expansão da capacidade das rodovias estratégicas para o escoamento da produção, para o turismo e para a integração nacional e com a América do Sul. Integram o PAC grandes projetos de construção, duplicação, pavimentação e adequação, além dos acessos terrestres aos portos.

No modal ferroviário, entre diversos projetos, deverá ser objeto de programa específico a eliminação de pontos de estrangulamento, decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos, a ser realizado em parceria com os respectivos concessionários. Na Ferrovia Norte-Sul deverão ser completados os trechos Araguaína – Palmas, no Estado do Tocantins e Anápolis – Uruaçu, em Goiás, nos próximos anos. A ferrovia Transnordestina se constituirá em nova fronteira de desenvolvimento para o Semi-árido nordestino, e igualmente relevantes serão a variante de Guarapuava (PR), o trecho da Ferronorte entre Alto Araguaia (MT) e Rondonópolis (MT) e o Ferroanel de São Paulo, em seu tramo norte, que permitirá a integração das ferrovias Ferronorte, Novoeste e Ferroban aos portos de Santos (SP) e de Itaguaí (RJ).

As hidrovias terão sua utilização potencializada pela realização de investimentos em sinalização e balizamento, dragagem e derrocamento, de modo a permitir a navegabilidade em condições econômicas e seguras. As melhorias na hidrovia do São Francisco, entre Ibotirama e Juazeiro, na Bahia, conjugadas ao porto de Juazeiro e à ligação ferroviária Juazeiro-Salvador, permitirão o escoamento de parcela significativa da produção de grãos do oeste baiano. Quanto à navegação do Tocantins em direção aos portos do Pará será viabilizada com o término das obras das eclusas de Tucuruí (PA). A capacidade da hidrovia Paraná – Paraguai está sendo ampliada para atender a demanda existente. Na Amazônia, 40 novos terminais hidroviários estão sendo construídos.

A modernização e expansão da marinha mercante, mediante a ampliação dos recursos destinados ao financiamento da construção de embarcações e estaleiros, deverão servir de importante estímulo à navegação de cabotagem, atualmente incipiente, frente ao potencial que representa a nossa costa, seja para o mercado interno, seja para concentração de cargas visando a exportação.

a) Transporte Rodoviário

No setor de infra-estrutura de transporte rodoviário, além das referidas ações, o Governo prioriza os investimentos destinados à melhoria das condições e à redução dos pontos de estrangulamento e esse esforço se traduz na estruturação de corredores estratégicos de transportes. Como condição necessária para esse desenvolvimento, na área institucional está em execução o processo de modernização e o aperfeiçoamento da estrutura do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de habilitá-lo a agilizar, tomar decisões e a realizar o monitoramento de conformidade das obras.

Em 2007, foram adotadas diversas iniciativas para a reabilitação estrutural das rodovias federais, conforme detalhamento que se segue.

a.1) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema)

O Programa Crema deu um novo enfoque para as atividades no setor, ao implementar a sistemática de terceirização da conservação, da restauração e da manutenção das rodovias. Durante o ano de 2007, foram executados 850 quilômetros de restauração e 5.061 quilômetros de conservação em rodovias pavimentadas. A meta é que se tenha, até 2010, aproximadamente 30 mil km de rodovias contratadas e mantidas através desse Programa.

a.2) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV)

Durante o ano de 2007, foram recuperados cerca de 2.400 quilômetros e conservados 13.700 quilômetros no âmbito desse Programa, que prevê a realização de obras de recuperação e dos serviços de manutenção e de conservação rotineira, com vida útil de até quatro anos.

a.3) Sinalização nas Rodovias Federais (Pro-Sinal)

O Programa tem como objetivo melhorar a sinalização da malha, garantindo orientação adequada aos usuários e maior segurança ao trânsito, contemplando 48 mil quilômetros de rodovias. No período de julho de 2006 até dezembro de 2007 foram executados 55% do programa, aproximadamente 26,4 mil km, e sua conclusão está prevista para julho de 2008.

a.4) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem

O objetivo desse Plano é a implantação de um dispositivo eficiente de controle de cargas nas rodovias para coibir os excessos e garantir a vida útil dos pavimentos. Estão propostas em cinco anos 148 localizações de Postos de Pesagem de Veículos com equipamentos fixos e 72 bases para equipamentos móveis, com a operação de 220 balanças (fixas e móveis) em todo o País. Até o momento existem 78 postos, sendo, em operação, 11 balanças fixas e 33 balanças móveis.

a.5) Investimentos na Adequação e Construção de Rodovias

A construção e adequação das rodovias estratégicas para o escoamento de safra, ampliação da fronteira agrícola e integração nacional, continuarão a ser priorizadas, em 2008, com o objetivo de superar gargalos operacionais. Destacam-se as seguintes obras:

Região Norte

- BR-230/PA – pavimentação de 835 km da Divisa TO/PA – Marabá – Altamira – Medicilândia – Rurópolis, sendo que no subtrecho Marabá – Altamira (485 km) a obra está contratada, no subtrecho Altamira – Medicilândia (94 km) as obras foram iniciadas em junho/2007 e concluídos 51 km de terraplanagem e 20 km de pavimentação, e no subtrecho Medicilândia – Rurópolis (256 km) a licitação da obra deverá ocorrer no 2º semestre de 2008;
- BR-156/AP – pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes – Oiapoque, incluindo a construção da ponte internacional, sendo que no subtrecho Igarapé do Breu – Calçoene (85 km) executados 5 km de pavimentação e concluídas cinco pontes e no subtrecho Calçoene – Oiapoque (224 km) o projeto executivo está sendo elaborado;
- BR-364/AC – construção e pavimentação de 339 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, sendo que no subtrecho Sena Madureira – Feijó (215km) já foram executados 7 km de terraplanagem e iniciada a execução de três pontes, e no subtrecho Tarauacá – Rio Liberdade (124 km) foram concluídos 93 km de pavimentação e 4 obras de artes e está em execução a sinalização, a ser concluída em 2008;
- BR-163/PA – pavimentação da Divisa de MT/PA – Rurópolis – Santarém/PA, incluindo o acesso a Miritituba/PA (BR-230/PA), com 947 quilômetros de extensão, sendo que no subtrecho Santarém – Rurópolis (213 km) foram retomadas as obras em junho de 2007 pelo 8º Batalhão de Engenharia do Exército (BEC), tendo sido executados 14 quilômetros de terraplanagem com o apoio do 9º BEC, devendo estar concluídos 15 quilômetros de capa asfáltica no primeiro semestre de 2008, no acesso a Miritituba (33 km) foi iniciada mobilização pelo 9º BEC, em novembro de 2007, e no subtrecho Rurópolis – Divisa MT/PA (799 km) foi retomada, em outubro de 2007, a construção da ponte sobre o rio das Arraias, com 162m de extensão;
- BR-319/AM – restauração e pavimentação Manaus/AM – Porto Velho/RO, com 680 km, incluindo a construção da ponte sobre o rio Madeira/RO, sendo que no subtrecho Rio Careiro Castanho (KM 178) – KM 383 as obras foram iniciadas pelo 6º BEC, em agosto de 2007, estando prevista a pavimentação de 15 km até junho de 2008, no subtrecho KM 383 – Humaitá (296 km) está em elaboração o projeto executivo, no subtrecho Humaitá- Divisa AM/RO (175 km) as obras foram iniciadas pelos 5º e 7º BEC, no subtrecho Divisa AM/RO – Porto Velho/RO (18 km) estão em execução obras de restauração da rodovia e foi aprovado, em outubro de 2007, o projeto executivo da ponte sobre o rio Madeira, com 700 m de extensão.

Região Nordeste

- BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/SE/BA) - Duplicação e Adequação de Capacidade entre Natal/RN e Entroncamento BR-324, em Feira de Santana/BA, sendo que no Rio Grande do Norte (81 km) estão sendo executadas obras de duplicação em todo o trecho e de restauração em 35 km. O 1º BEC está executando as obras do perímetro urbano de Natal até o acesso a Arêz, na Paraíba (129 km), dos três subtrechos em execução, o 2º BEC está executando o subtrecho de Lucena à divisa PB/PE e em Pernambuco (195 km), dos três subtrechos em execução, o 3º e 4º BEC está executando o subtrecho divisa PE/PB até Iguarassú. Os demais trechos, do Rio Grande do Norte até Pernambuco, estão sendo executados por empresas privadas. Em Sergipe, encontram-se em andamento as obras do km 77,3 ao km 91,6, na travessia urbana de Aracaju;

- BR-230/PB – duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande, sendo que 92 km estão concluídos e 20 km em execução com previsão de conclusão até o primeiro semestre de 2008;
- BR-116/BA – construção de ponte sobre o rio São Francisco na Divisa PE/BA – Ibó (980m de extensão), sendo que as obras de superestruturas foram concluídas em dezembro de 2007 e a conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2008;
- BR-135/PI – pavimentação de 134 km entre Jerumenha – Bertolínea - Eliseu Martins, sendo que no subtrecho Jerumenha – Bertolínea (87km) foi concluída a licitação das obras e no subtrecho Bertolínea – Eliseu Martins (47km) será licitado o projeto executivo e contratados estudos ambientais no primeiro semestre de 2008;
- BR-135/BA - construção da Divisa PI/BA – Divisa BA/MG, com 294km, sendo que já foram concluídos 126 km, estão em obras 57 km, dos quais 10 km estarão concluídos no primeiro semestre de 2008. Existem ainda 69 km a implantar e 42 km a adequar;
- BR-135/MA – duplicação do acesso rodoviário ao porto de Itaqui, com 18 km de extensão, devendo a obra ser licitada em março de 2008;
- BR-222/CE – duplicação Caucaia – Entroncamento acesso ao Porto do Pecém, com 34 km, estando a obra contratada com licença prévia do órgão ambiental estadual, estando prevista a retomada das obras no primeiro trimestre de 2008, em função da identificação de área indígena na faixa de domínio da rodovia fato que suscitou nova solicitação de licenciamento ambiental ao Ibama;
- Via Portuária de Salvador – construção, em pista dupla, da Via Expressa de acesso ao Porto de Salvador com 7 km de extensão, estando o projeto básico em execução pelo Estado da Bahia.

Região Centro-Oeste

- BR-158/MS/SP – construção da ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS, com 1.700m, tendo sido assinado, em agosto de 2007, convênio entre o DNIT e o Governo do Estado de São Paulo para a conclusão das obras, cujo término está previsto para agosto de 2008;
- BR-163/364/MT – duplicação de 385 km entre Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil, estando em execução um trecho intermediário na Serra de São Vicente, com 17 quilômetros, dos quais 9 km já duplicados e prevista para agosto de 2008 a conclusão desse subtrecho. A licitação para a contratação dos estudos ambientais do subtrecho Rondonópolis – Posto Gil está prevista para o primeiro semestre de 2008;
- BR-158/MT – pavimentação de 515 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, sendo que no subtrecho Divisa PA/MT – Entroncamento BR-242 (270 km) foi aprovado o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/Rima);
- BR-364/MT – pavimentação de 185 km entre Diamantino e Campo Novo dos Parecis, sendo que no subtrecho Diamantino – Parecis (62 km) estão concluídos 43 km, e em execução os 19 km restantes e a ponte sobre o rio Preto, no subtrecho Parecis – Km

720 (44 km) foram pavimentados 12 km, devendo os 32 km restantes ser concluídos em 2008, e no subtrecho Km 720 – Ita Norte o processo licitatório do projeto executivo deve ser contratado no primeiro semestre de 2008;

- BR-163/MT – pavimentação de 53 km entre Guarantã do Norte/MT até a divisa MT/PA, incluindo a travessia urbana de Guarantã, sendo que nessa travessia está concluída a pavimentação de 5 km de vias marginais e em relação ao restante do trecho, o projeto executivo encontra-se em elaboração, com previsão de lançamento do edital para o primeiro trimestre de 2008;

- BR-060/GO/DF – duplicação de 93,5 km entre Brasília/DF – Anápolis/GO – as obras de duplicação estão concluídas no trecho do Distrito Federal, faltando somente a construção de dois viadutos e obras complementares. O trecho goiano, com 62 km foi inaugurado;

- BR-153/GO – duplicação e restauração com 187 km de extensão entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara – foram concluídos 71 km de pista nova, estando em execução 13 km; na pista antiga, foram restaurados 30 km e a conclusão da obra está prevista para dezembro de 2008;

- BR-070/GO – duplicação de 17 km entre a Divisa DF/GO – Águas Lindas/GO – obra iniciada nas vias marginais em agosto de 2007 e a conclusão do projeto executivo está prevista para fevereiro de 2008;

- BR-242/MT – pavimentação e construção de 314 km entre Ribeirão Cascalheira – Sorriso – previsto o lançamento do edital de licitação dos estudos técnicos no primeiro semestre de 2008;

Região Sudeste

- Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, subtrecho da BR-101 – duplicação Santa Cruz – Mangaratiba, incluindo o acesso ao porto de Itaguaí, com 26 km – estão em execução obras de pavimentação e as pontes sobre o rio Guandu e sobre os canais de Itá e São Fernando, bem assim o início do viaduto do trevo entroncamento BR-101 – acesso ao porto; o subtrecho da BR-493, com 100 km, encontra-se em fase de licenciamento ambiental e conclusão do projeto básico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido em outubro de 2007, assinado convênio de delegação para execução das obras;

- BR-101/ES – adequação de capacidade de 182 km de Vitória à Divisa ES/RJ (incluindo Contorno de Vitória) – no subtrecho Vitória – divisa ES/RJ (156 km) o edital de licitação do EVTE, EIA/RIMA e do projeto executivo deve ser publicado no primeiro semestre de 2008, no Contorno de Vitória (26 km) as obras devem ser contratadas em 2008;

- BR-381/MG – duplicação Belo Horizonte – Ipatinga e Adequação Ipatinga – Governador Valadares, incluindo construção do Contorno de Belo Horizonte – subtrecho Betim – Ravena (em pista dupla) – os projetos executivos serão licitados no primeiro semestre de 2008 e as obras até o final deste ano;

- BR-153/MG e BR-365/MG – duplicação dos trechos: BR-153 entre a Divisa GO/MG e o entroncamento com a BR-365 (56 km), e da BR-365- entroncamento com a BR-153 até Uberlândia (95 km), com extensão total de 151 km, sendo que no subtrecho da BR-153 as obras estão em andamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2008 e no subtrecho da BR-365 as obras também estão em andamento na travessia de Uberlândia;

- BR-050/MG – duplicação Araguari – Uberaba – Uberlândia, com 135 km de extensão, sendo que no subtrecho Uberlândia – Uberaba as obras estão em conclusão; no subtrecho Uberlândia – Araguari foi concluído o projeto executivo e elaborados os estudos ambientais, prevendo-se para o final do primeiro semestre de 2008 o lançamento do edital para execução da obra;
- BR-262/MG – duplicação de Betim a Nova Serrana, com 90 km de extensão – o novo edital de licitação das obras será elaborado em 2008;
- BR-265/MG – pavimentação de 136 km entre Ilicínea e São Sebastião do Paraíso, obras estão em andamento, concluídos 31 km de pavimentação e quatro pontes;
- Rodoanel de São Paulo/SP – Trecho Sul com 61,5km a partir da rodovia Régis Bittencourt, interligando o Trecho Oeste com as rodovias Anchieta e Imigrantes – as obras estão em execução por meio de convênio com o Governo do Estado de São Paulo;
- BR – 158/MS/SP – construção da ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS, com 1.700m, tendo sido assinado, em agosto de 2007, convênio entre DNIT e o Governo do Estado de São Paulo para a conclusão das obras, cujo término está previsto para agosto de 2008.

Região Sul

- BR-101-SUL (SC/RS) – duplicação de 348 km de Palhoça/SC a Osório/RS, sendo que em Santa Catarina (249 km), as obras estão em andamento com conclusão de 54 km de pavimentação e 27 obras de arte especiais; no Rio Grande do Sul (88,5 km), obras também estão em andamento. A previsão de conclusão das obras nos dois Estados é para final de 2008;
- BR-116/448/RS – Programa Via Expressa (região metropolitana de Porto Alegre) - conjunto de obras para desafogar a região metropolitana de Porto Alegre – serão concluídas em 2008 as licitações diversos estudos técnico-ambientais para a realização de trechos relativos as BRs 116 e 448;
- BR-386/RS –duplicação de 38 km de Tabaí a Estrela – em elaboração o projeto executivo e em andamento o processo de licitação para contratação do EIA/Rima;
- BR-392/RS – duplicação de 77 km de Pelotas a Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas – foi contratada a obra de Pelotas a Rio Grande (52 km), com a aprovação do detalhamento do novo projeto executivo; para o Contorno de Pelotas (25 km) já foram contratados os estudos de impacto ambiental e o projeto executivo, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2008;
- BR-158/RS – construção e pavimentação de 68 km, de Santa Maria a Rosário do Sul – obra em andamento, com 34 quilômetros concluídos, estando prevista a conclusão de 34 km em setembro de 2008;
- BR-470/SC – duplicação de 62 km no trecho Navegantes – Blumenau – Entroncamento Acesso a Timbó – o EVTE, o EIA/Rima e o projeto executivo deverão ser contratados no primeiro semestre de 2008;
- BR-280/SC – duplicação de 65 km entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul – a licitação das obras está prevista para o segundo semestre de 2008;

- BR-282/SC – construção e pavimentação de 133 km entre Lages – São José do Cerrito - Campos Novos e São Miguel do Oeste – Paraíso – Fronteira Brasil/Argentina, por meio de convênio com o Estado de Santa Catarina. No subtrecho Lages e São José do Cerrito (32km) as obras estão em fase de conclusão; no subtrecho São José do Cerrito a Campos Novos (71 km) já foram pavimentados 20 km e há a previsão de conclusão das obras no primeiro semestre de 2008; e no subtrecho São Miguel – Paraíso – Fronteira Brasil/Argentina (30 km) obras iniciadas, com conclusão para o 2º semestre de 2008;
- BR-153/PR – construção e pavimentação de 83 km entre Ventania – Alto do Amparo – as obras estão em andamento, com conclusão de 40 km de pavimentação;
- Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Porto Meira/Paraguai, com 720 metros de extensão, incluindo acessos e postos de fronteira - o edital do projeto executivo será relançado em abril de 2008 e a conclusão dos estudos ambientais está prevista para junho de 2008;
- BR-116/PR – Divisa SP/PR a Curitiba, inclusive Contorno Leste de Curitiba – as obras complementares estão em andamento, com previsão de conclusão para março de 2008.

a.6) Concessões Rodoviárias

Na área de concessões rodoviárias, 2007 foi um ano de extrema relevância e que representou a definição de um novo paradigma para o setor. Foram publicados os estudos e os editais da 2ª etapa de concessões rodoviárias, em 16 de agosto de 2007, e realizada a licitação na modalidade leilão, em 09 de outubro de 2007, na Bovespa. O Leilão foi do tipo menor tarifa, chegando a deságios de 65,42% do preço de referência estabelecido em estudos. Ao todo, 2.600,8 quilômetros de rodovias federais foram concedidos para a exploração da iniciativa privada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. A concessão compreende a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos seguintes lotes rodoviários:

- BR-153: Divisa MG/SP - Divisa SP/PR (321,6 km);
- BR-116: Curitiba - Divisa SC/RS (412,7 km);
- BR-393: Divisa MG/RJ - Entr. BR-116, Via Dutra (200,4 km);
- BR-101: Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói (320,1 km);
- BR-381: Belo Horizonte - São Paulo (562,1 km) - Rodovia Fernão Dias;
- BR-116: São Paulo - Curitiba (401,6 km) - Rodovia Régis Bitencourt;
- BR-116/376/101: Curitiba - Florianópolis (382,3 km).

No ano de 2007, realizaram-se revisões dos Programas de Exploração das Rodovias, e foi autorizada a execução de uma série de obras adicionais nas concessões rodoviárias federais existentes. Esses novos investimentos, em volume aproximado de R\$ 35 milhões, têm como objetivo garantir o deslocamento seguro e íntegro dos usuários, bem como facilitar o acesso e impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões lindeiras à rodovia. Em 2008, além de dar continuidade às ações de fiscalização, incluindo as novas concessões, pretende-se implementar a 3ª etapa do Programa.

b) Transporte Ferroviário

No modal ferroviário, conforme mencionado, deverá ser desenvolvido, no âmbito do PAC, um programa específico para a implantação e adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. Durante o ano de 2007, foram realizadas diversas ações nesse sentido, como a continuação da construção dos contornos ferroviários de São Félix-BA e Cachoeira-BA, o início das obras de construção dos contornos ferroviários de Campo Belo-MG, São Francisco do Sul-SC e Joinville-SC, a conclusão da iluminação definitiva da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná na divisa SP/MS em Rubinéia-SP, a continuação da construção de transposição de linha férrea nos municípios de Valentim Gentil-SP e Simões Filho-BA, a continuação do prolongamento de trecho de rebaixamento da linha férrea em Maringá-PR, a conclusão de transposição de linha férrea no Município de Matão-SP, e a construção da passagem superior sobre a linha férrea no Município de Alagoinhas-BA.

Estão ainda em andamento os projetos executivos dos contornos ferroviários de Santo Amaro-BA, Alagoinhas-BA, Camaçari-BA, Londrina-PR e do Terminal Intermodal de Campo Grande-MS, além das ações de desapropriação e início das obras da Ferrovia Transnordestina.

A Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. inaugurou 108 quilômetros de ferrovia no Estado do Tocantins, chegando com os trilhos da Norte-Sul ao Município de Araguaína, onde foi construído um pátio ferroviário com uma área de 348 mil m². Foi ainda iniciada a implantação dos 358 quilômetros seguintes, ligando o Pátio de Araguaína a Palmas, onde serão construídos os pátios de Colinas do Tocantins e de Guaraí, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2008.

Para o exercício de 2008 está prevista a inauguração do trecho Araguaína-Guaraí, com 210 km. No tramo sul, a Valec irá retomar as obras no trecho ferroviário Campo Limpo-Ouro Verde de Goiás, com 40 km, e iniciará a construção de 228 km da Ferrovia Norte-Sul, no trecho Ouro Verde de Goiás-Uruaçu, bem como do ramal ligando a ferrovia ao Porto Seco de Anápolis.

Merece ser registrado também que, em outubro de 2007, foi realizado na Bovespa o leilão da subconcessão do direito de exploração comercial da Ferrovia Norte-Sul nos próximos trinta anos, ficando o vencedor do certame licitatório responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação deste trecho ferroviário.

c) Transporte Marítimo e Hidrovias

Em 2007, destaca-se a continuidade da construção de 55 terminais hidroviários nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão,

para atendimento de uma população estimada em 3,2 milhões de habitantes, cujo meio principal de locomoção para centros urbanos em busca de hospitais, educação, comércio e escoamento da produção agrícola local baseia-se no transporte fluvial.

No que se refere a outorgas na área dos serviços de transporte, foram emitidas oitenta e seis autorizações para novas empresas de navegação. Na área da infra-estrutura portuária, importa destacar a aprovação de projetos de implantação de arrendamentos nos Portos de Itaguaí, Imbituba, Itajaí, Vitória, Porto Alegre e São Francisco do Sul, que resultarão em investimentos da ordem de R\$ 482,4 milhões, bem assim as autorizações para a construção e exploração de doze terminais de uso privativo, na modalidade de uso misto, que importarão em investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e num acréscimo da oferta da infra-estrutura para movimentação de cerca de 80 milhões de toneladas. Foram também executadas obras nos portos de Maceió/AL, Itajaí/SC, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Suape/PE e supervisionados convênios nos portos marítimos.

c.1) Infra-Estrutura Portuária

Refletindo a prioridade atribuída pelo Governo ao setor, foi criada, em 2007, a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), que tem como objetivo priorizar as ações necessárias para uma maior eficiência e eficácia na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor de portos marítimos, e promover a execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária marítima. Cabe ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico do setor de portos marítimos e da infra-estrutura portuária marítima, a aprovação dos planos de outorgas e o desenvolvimento da infra-estrutura dos portos, visando a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

No âmbito do PAC foram contempladas, em 2007, diversas ações na área de infra-estrutura portuária, destacando-se a ampliação e melhoria dos acessos terrestres ao Porto de Santos, com a implantação das Avenidas Perimetrais, (na margem esquerda, com 9,2 km, em fase final de projeto e licenciamento ambiental, e na direita, com 5,0 km), em obras; as dragagens de aprofundamento dos canais de acesso e bacias de evolução dos portos de Itaguaí/RJ (em licitação), Santos/SP (em fase de conclusão do EIA-Rima), Itaquí (obras a serem iniciadas) e Rio Grande, Itajaí, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Suape, São Francisco do Sul, Aratu e Fortaleza (em fase de elaboração do projeto básico); a contenção do Cais do Porto de Vitória/ES; a construção da Rampa *Roll-on Roll-off* e do Píer 400, no Porto de Vila do Conde/PA; a repotencialização do sistema de atracação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN; a recuperação dos Berços 101 e 102 e Construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaquí; a construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul do Porto de Itaquí; a construção do acesso rododiferroviário ao Porto de Suape/PE; a construção dos Berços 401-A e 201 do Porto de São Francisco do Sul, sendo este por intermédio do 10º BEC; e a ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande.

Foram realizadas ações de implantação do sistema denominado *ISPS Code – International Ship and Port Facility Security Code*, com destaque para a “Declaração de Cumprimento” obtida pelo porto do Rio de Janeiro, integrante da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e nos portos de Ilhéus, Aratu e Salvador, da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Vale destacar, também, a criação e regulamentação, por intermédio da Medida Provisória nº 393, de 2007, convertida na Lei nº 11.610, de dezembro de 2007, do Programa de Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, que estabeleceu uma nova sistemática para a contratação de serviços de dragagem, que aduzirá maior economia e transparência para o setor portuário brasileiro. Por essa sistemática, é permitida a contratação de serviços de natureza contínua por resultados, visando o aprofundamento

dos canais de acesso e bacias de evolução e, posteriormente, sua manutenção por 5 anos. Na primeira etapa, foram incluídos nessa nova sistemática os seguintes portos: Santos, Rio Grande, Itaguaí, Itaquí, Itajaí, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Suape, São Francisco do Sul, Aratu e Fortaleza, todos pertencentes ao PAC.

Para 2008, será dada continuidade às obras do PAC, bem como serão implementadas ações para a consolidação e institucionalização de um Plano Diretor Portuário, o estudo da composição das tarifas e custos portuários, o que irá propiciar a redução dos custos praticados e uma maior competitividade entre os portos, a formulação de políticas para o setor portuário e a implantação de programas de treinamento, requalificação e valorização do trabalhador portuário.

Com relação à área de proteção e de meio ambiente, serão efetuadas diversas ações, destacando-se a criação, em cada Porto, de uma unidade de gestão ambiental, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de uma política e mentalidade de gestão ambiental integrada ao meio portuário, o desenvolvimento e a implantação de Programas de Capacitação Técnica Integrado para o treinamento prévio do exercício das atividades portuárias, o treinamento preventivo contra acidentes de trabalho e exposição a riscos de saúde e a capacitação técnica quanto à qualificação profissional nos aspectos de gerenciamento ambiental e controles de vetores e ações de saúde, como o desenvolvimento e a implementação de Planos de Contingência a Pandemia de Influenza Aviária nos portos e Planos de Controle de vetores de doenças, como pragas urbanas (pombos, ratos), focos de mosquitos e tratamento de resíduos sólidos.

d) Fomento à Indústria Naval

Em relação ao Fomento à Indústria Naval e à Marinha Mercante, o Governo deu continuidade aos trabalhos de aprimoramento dos procedimentos para a concessão de financiamentos de projetos prioritários de construção e reparação de embarcações e construção e modernização de estaleiros. Merece destaque a inclusão no PAC do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Construção Naval.

Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira consolida cada vez mais seu crescimento, com a ampliação e modernização de estaleiros e a implantação de novas áreas industriais com impactos significativos na geração de empregos diretos e indiretos. Em 2007, foram entregues 21 embarcações e outras 46 outras estão em andamento, com valores de financiamento de R\$ 330 milhões e R\$ 1,73 bilhão, respectivamente.

Foi concedida, pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, prioridade de financiamento para construção de embarcações de maior porte, totalizando financiamentos de cerca de R\$ 3,3 bilhões para os próximos anos, a serem utilizados na construção ou modernização de 156 embarcações e seis estaleiros. Existem 47 obras já contratadas, entre elas a construção de 23 novos petroleiros, que irão compor a frota da Transpetro. Para viabilizar o atendimento à demanda de financiamento do setor, foi formalizada entre a União e o BNDES a previsão de utilização suplementar de recursos de outras fontes nos anos em que a arrecadação do Fundo da Marinha Mercante (FMM) não for suficiente para fazer face à demanda de recursos para projetos priorizados pelo CDFMM.

e) Cooperação do Exército Brasileiro

As organizações militares de engenharia do exército tiveram destacada participação em importantes obras voltadas para a

melhoria da infra-estrutura de transportes no País e na retomada do planejamento estratégico na área de transportes, com destaque para o Plano Nacional de Logística e Transporte e o Programa Nacional de Pesagem de Veículos, em convênio com o Ministério dos Transportes, por intermédio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (Centran). Além das obras já mencionadas, foi concluída a construção da BR-030, no Estado de Minas Gerais, a continuação da construção do complexo aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN e a recuperação dos aeroportos de São Luis /MA e de Porto Velho/RO. Na Amazônia, houve prosseguimento da citada pavimentação da BR 163 Cuiabá/MT-Santarém/PA. No projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, estão em execução a construção do canal de aproximação do eixo leste e da barragem de areias e a construção do canal de aproximação do eixo norte e da barragem de Tucutu.

3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária

O estágio atual da economia brasileira se reflete, positivamente, no movimento registrado nos sessenta e sete aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), além das oitenta unidades de apoio à navegação aérea e trinta e dois terminais de logística de carga. Em 2007, verificou-se crescimento do movimento de passageiros de 8,7%, em relação a 2006, chegando a aproximadamente 111 milhões de passageiros. Para 2008, estima-se um crescimento da ordem de 9,5% no movimento, podendo alcançar a marca de 121,6 milhões de passageiros. O movimento nos terminais de logística de carga da Infraero também vem apresentando incremento, chegando a cerca de 648 mil toneladas de cargas importadas e exportadas em 2007, com perspectiva de alcançar o montante de 672,7 mil toneladas em 2008.

No que se refere à infra-estrutura aeroportuária, a capacidade instalada está sendo ampliada e modernizada continuamente. Os recursos para investimentos são direcionados prioritariamente para duas categorias básicas: operações e segurança. Foram investidos, em 2007, mais de R\$ 306 milhões em obras de expansão e adequação, dos quais R\$ 149 milhões correspondem a parte do aporte de capital de R\$ 565,11 milhões realizado pela União na Infraero. Destacam-se os seguintes investimentos realizados em 2007:

- Aeroporto Internacional de Congonhas: conclusão da 2ª etapa da reforma e modernização do terminal de passageiros, conector, sistema viário, sistema de pistas e pátio de aeronaves e a recuperação do pavimento da pista principal (R\$ 43,3 milhões);
- Aeroporto Santos-Dumont no Rio de Janeiro: reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pista e pátios (R\$ 121,9 milhões);
- Aeroporto Internacional de João Pessoa – Presidente Castro Pinto: conclusão das obras e serviços de reforma e ampliação do terminal de passageiros e reforma com reforço da pista de pouso, das pistas de rolamento, dos pátios de estacionamentos de aeronaves e obras complementares (R\$ 17,5 milhões);
- Aeroporto Internacional de Corumbá/MT: recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, do balizamento noturno no pátio de aeronaves, da sinalização vertical luminosa do sistema de pistas e do sistema separador de água e óleo na rede coletora de drenagem (R\$ 4,9 milhões);
- Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos: execução de obras e serviços de infra-estrutura e manutenção (R\$ 6,3 milhões).

Também merecem destaque os demais empreendimentos que foram desenvolvidos em 2007, com conclusão prevista para os próximos exercícios:

- Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos/Governador André Franco Montoro: implantação, adequação, ampliação e revitalização do sistema de pátios e pistas, e revitalização do sistema de macrodrenagem. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza: construção do terminal de cargas e da torre de controle/DTCEA, reforço do pátio de aeronaves e da pista de taxiamento. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto Internacional de Boa Vista: reforma e ampliação do terminal de passageiros, reurbanização do acesso, e construção de edificações complementares. A conclusão do empreendimento está prevista para 2008;
- Aeroporto de Vitória – Eurico Aguiar Salles: construção de novo terminal de passageiros, de torre de controle, de sistema de pistas e de central de utilidades. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto Internacional de Macapá: construção de novo terminal de passageiros. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto de Goiânia: construção de novo terminal de passageiros, de pátio de aeronaves, de pistas de táxi, de sistema viário interno, de infra-estrutura de utilidades e do estacionamento de veículos. A conclusão do empreendimento está prevista para 2009;
- Novo sítio aeroportuário no Rio Grande do Norte, em São Gonçalo do Amarante: execução de desmatamento, terraplenagem, pavimentação, drenagem, proteção vegetal, sinalização horizontal e infra-estrutura dos sistemas de auxílio e proteção ao voo. A conclusão desta etapa do empreendimento está prevista para 2009;
- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão/ Antônio Carlos Jobim: recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios. A conclusão do empreendimento está prevista para 2010.

Foram ainda realizados investimentos sociais na manutenção de sessenta e dois projetos, que atendem a mais de 15 mil pessoas do entorno dos aeroportos. Para o exercício de 2008, além de executar os R\$ 416,11 milhões relativos ao aporte de capital da União, o montante de investimentos da Infraero deverá alcançar a cifra de R\$ 1,723 bilhão.

No que se refere às atividades de fiscalização da aviação civil, a meta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), prevista para 2007 (6.500 missões), foi superada em mais de 62%, chegando a um total de 10.540 missões representando intensa fiscalização nos aeroportos, tanto no que se refere a serviços prestados pela infra-estrutura aeroportuária quanto àqueles ofertados pelas companhias aéreas. Ainda nesse exercício, foram realizados diversos eventos para capacitação e formação de inspetores e técnicos da aviação civil, com destaque nos Programas de Treinamento em Segurança da Aviação Civil, desenvolvidos em atendimento aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Na área de *safety* (vigilância/segurança operacional), o Brasil foi o primeiro país credenciado pela referida Organização para ministrar o curso de *Safety Management System* – SMS, implementando os dois primeiros cursos para profissionais de diversos setores da aviação civil, com destaque para o curso de treinamento de Inspectores Governamentais em Segurança Operacional. Por meio desse curso foram capacitados quarenta profissionais da Anac para a condução do processo de certificação das organizações de treinamento em aviação civil internacional.

Também em 2007, a Anac deu continuidade ao processo de compra da aeronave de instrução AMT-600 GURI, integralmente produzida no Brasil pela empresa Aeromot, para incentivar a indústria aeronáutica de bandeira brasileira e modernizar a frota de aeronaves das unidades de instrução profissional da aviação civil, possibilitando a redução do preço das horas de voo nos aeroclubes, com a finalidade de fomentar a formação de pessoal especializado para o Sistema de Aviação Civil. Duas aeronaves foram recebidas no período, de um total de 15 aviões.

Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil – Conac, um conjunto de projetos na área de regulação e fiscalização continuarão a ser desenvolvidos no exercício de 2008. Os projetos foram agrupados em grandes objetivos, quais sejam: desenvolvimento institucional, capacitação profissional, transporte aéreo, infra-estrutura aeroportuária e meio ambiente, fortalecimento da indústria aeronáutica, fatores humanos na aviação, canais de comunicação com a sociedade, segurança da aviação civil, responsabilidade civil e defesa do consumidor, e quadro próprio de pessoal.

4. Comunicações

a) TV Digital

Em 2007, iniciaram-se as transmissões da TV Digital aberta no País, marcando um importante avanço nas comunicações brasileiras. As primeiras transmissões em sinal digital aberto começaram oficialmente no dia dois de dezembro, em São Paulo. As demais capitais serão atendidas pela nova plataforma a partir de 2008. O Governo manteve investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de soluções que permitam utilizar essa nova plataforma digital para oferta de serviços e aplicações interativos de interesse público e de tecnologias de acessibilidade voltadas ao público portador de deficiências ou com limitações de outra natureza.

O sistema educacional brasileiro deverá ser significativamente beneficiado com a perspectiva de se explorar a interatividade na TV, que incrementará a qualidade e a efetividade do ensino a distância nos níveis básico e superior. A conectividade das escolas públicas e a oferta de serviços interativos na TV digital serão objetivos primordiais, a partir de 2008.

b) Serviços Postais

Em 2007, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) inaugurou 147 novas agências de atendimento, totalizando 12.252 agências distribuídas pelo País, e a rede de distribuição domiciliária e unidades distribuidoras de objetos postais se expandiram para 936 centros de distribuição. A ECT conta com, pelo menos, uma agência em cada um dos 5.565 Municípios brasileiros. Não obstante, o atendimento postal tem como meta a universalização dos serviços postais básicos nos distritos com mais de 500 habitantes. Com esse objetivo, 81 novos distritos passaram a ter a presença da ECT, totalizando 1.395 distritos atendidos pelos

serviços postais. Em 2008 continuarão as instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue a todos os 1.537 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Durante o ano de 2007, os Correios deram continuidade às substituições de suas antigas unidades por Agências de Correio Comunitárias (AGC), oferecendo todos os serviços postais básicos a 5.852 localidades. Até novembro de 2007, houve a substituição por AGCs em 3.440 unidades da meta global de 3.694 unidades.

A ECT também tem uma participação expressiva no comércio exterior. As Exportações por Remessas Postais, nas quais se insere o Exporta Fácil, sistema simplificado de exportações por remessas postais, possibilita que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte nacionais, possam ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal. Com a facilitação do despacho aduaneiro e a redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 20.000,00, por meio da Declaração Simplificada de Exportação (DSE), abre-se espaço para o crescimento de pequenos empreendedores no comércio internacional e amplia a base exportadora e os resultados da balança comercial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Por seu lado, o Importa Fácil simplifica a importação de medicamentos, além de beneficiar as entidades científicas que podem trazer para o País material de pesquisa, arcando com menores custos e sem burocracia. Em 2008, serão desenvolvidos projetos para assegurar a expansão das redes logísticas do serviço Exporta Fácil. A ECT espera oferecer aos exportadores brasileiros o acesso à logística de exportação de carga consolidada (contêiner) por via aérea e por via marítima, criando mais oportunidades de vendas no exterior com mais dinamicidade.

c) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

O Governo continua com o compromisso de ampliar as rádios e TVs comunitárias, perseguindo a meta de que cada Município disponha de pelo menos uma emissora. No ano de 2007, foi concedido um total de 449 outorgas de serviço de radiodifusão. Dentre essas, 295 de rádios comunitárias, 64 de rádio FM comercial, 5 de rádio FM educativa, 2 de TV educativa, 38 de retransmissão de TV e, ainda, 10 concessões de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital.

5. Saneamento

a) A Retomada dos Investimentos

O PAC contempla R\$ 40 bilhões em investimentos para o setor de saneamento básico, para o período 2007-2010, conforme discriminado no quadro que se segue. Desse total, R\$ 12 bilhões são provenientes do Orçamento Geral da União, R\$ 20 bilhões referem-se às disponibilidades de financiamentos com recursos do FAT e FGTS, e R\$ 8 bilhões deverão ser aportados como contrapartida dos proponentes (Estados, Municípios ou prestadores de serviços de saneamento). Trata-se de um montante anual médio de R\$ 10 bilhões, bastante representativo para o setor. Essa prioridade de investimentos do Governo guarda consonância com a iniciativa da ONU, que declarou o ano de 2008 como o “Ano Internacional do Saneamento”, pautando, assim, o saneamento na agenda de desenvolvimento mundial como ação fundamental da infra-estrutura urbana, com forte repercussão nos aspectos econômicos e de justiça social.

Quadro 10 – Recursos previstos para o PAC/Saneamento, 2007-2010

Fonte de Recursos	Objetivos	Órgão Gerenciador	Investimento (R\$ bilhões)
OGU	Saneamento integrado em favelas e assentamentos precários em Regiões Metropolitanas	MCidades	4
	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais em cidades de médio e grande porte	MCidades	4
	Saneamento em municípios com população até 50.000 habitantes	Funasa	4
	Subtotal		12
FGTS / FAT	Financiamentos a Estados, Municípios e Prestadores Públicos de serviços de saneamento	MCidades	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	MCidades	8
	Subtotal		20
Contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores			8
Total			40

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades

Os recursos previstos no PAC deverão, ainda, alavancar outros investimentos nas esferas municipais e estaduais por parte de seus respectivos prestadores públicos de serviços de saneamento. A partir de reuniões realizadas entre o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios, em 2007, foram selecionados 874 empreendimentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado em regiões metropolitanas e cidades pólo com população superior a 150 mil habitantes, no âmbito das 27 Unidades da Federação.

Para os Municípios com população entre 50 mil e 150 mil habitantes, a seleção dos empreendimentos a serem apoiados por recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na esfera do PAC se deu com base em critérios técnicos e objetivos, tais como a taxa de mortalidade infantil, o *déficit* absoluto de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área urbana, e a capacidade de endividamento/pagamento.

No âmbito do PAC – Saneamento já foram firmados 734 contratos que totalizam o montante de R\$ 10,9 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões com recursos onerosos (276 contratos) e R\$ 7,2 bilhões (458 contratos) com recursos do Orçamento da União, que irão beneficiar 572 municípios.

Em 2007, também foram desenvolvidas ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos, direcionadas aos municípios com população de até 50 mil habitantes e grupos populacionais específicos (comunidades remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e populações ribeirinhas). Essas ações têm por objetivo a ampliação do acesso dessas populações historicamente excluídas do acesso ao saneamento básico.

Os recursos do PAC previstos para serem aplicados nos municípios com população de até 50 mil habitantes (R\$ 4 bilhões) referem-se à implementação de ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, e melhorias sanitárias domiciliares, além de ações de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas e manejo ambiental, e drenagem urbana para controle da malária.

Os esforços serão concentrados para atender as principais metas do PAC, voltadas às ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos, especialmente: 200 Municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil (média do triênio de 2003 a 2005); 1.368 Municípios que apresentam elevado fator de risco à saúde devido às condições sanitárias e ambientais; 20 municípios localizados na calha do rio São Francisco (previsão de ações destinadas ao abastecimento e esgotamento sanitário); 380 comunidades remanescentes de quilombos (meta de beneficiar 45 mil famílias com serviços de saneamento, abastecimento de água e solução adequada do destino de dejetos); 622 Municípios localizados em área de alto risco de transmissão da doença de chagas, (35 mil famílias nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com ações de restauração e de reconstrução de moradias); 30 Municípios da Amazônia legal com maior número de casos de malária (ações de manejo ambiental e drenagem urbana); e 75 mil famílias de localidades de até 2.500 habitantes (beneficiadas com ações de abastecimento de água e com solução adequada de esgotamento sanitário).

Em 2007 foram pactuados recursos da União da ordem de R\$ 19,1 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões em financiamentos e R\$ 7,5 bilhões oriundos do OGU.

O quadro a seguir apresenta os valores históricos dos empréstimos e desembolsos realizados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com iniciativas de saneamento, no período de 1995 a 2007.

Quadro 11 – Investimentos FGTS - Saneamento

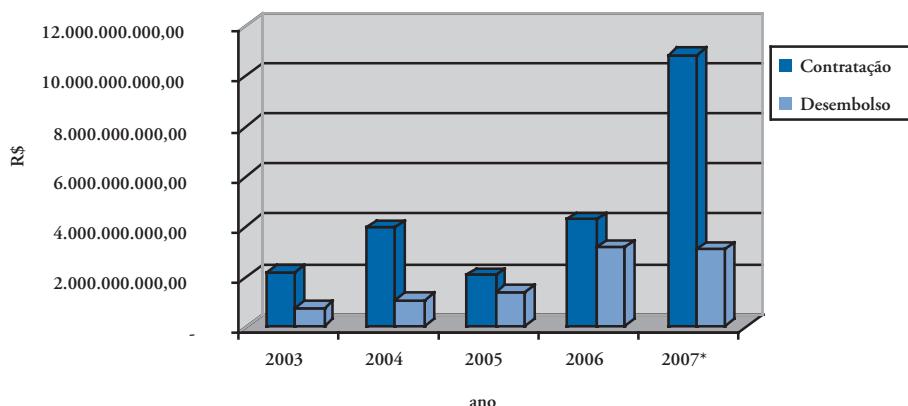
Ano	Empréstimo (R\$)	Desembolso (R\$)
1995	71.818.200,00	4.709.200,00
1996	735.794.000,00	132.573.600,00
1997	557.998.000,00	432.376.900,00
1998	1.357.600.000,00	906.915.600,00
1999	2.376.184,00	487.217.500,00
2000	16.656.400,00	270.160.000,00
2001	-	111.436.500,00
2002	254.234.656,76	118.182.600,00
2003	1.637.138.867,16	119.025.437,76
2004	2.146.760.771,94	317.266.292,15
2005	44.153.062,77	547.968.773,94
2006	1.445.334.815,34	858.143.754,07
2007*	2.129.900.000,00	1.102.493.330,00

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades

* 2007: dados preliminares e sujeitos a revisão.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos investimentos em saneamento, onde podem ser observados os valores contratados e desembolsados de recursos federais (onerosos e orçamentários) de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. Essa evolução demonstra a trajetória de retomada dos investimentos no setor iniciada em 2003.

Gráfico 6 – Evolução dos Investimentos em Saneamento



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades

* 2007: dados preliminares e sujeitos a revisão.

b) Novo Marco Legal para o Setor de Saneamento

A aprovação da Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, foi importante etapa para o estabelecimento de novos marcos para o setor. Para a efetiva implementação desse normativo, em 2008, planeja-se a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, o incentivo aos Municípios para a elaboração de seus respectivos Planos de Saneamento, o incentivo à institucionalização e à gestão associada dos serviços, especialmente à formação de consórcios públicos, com vistas à economia de escala e à sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento básico, e o estabelecimento de parcerias com o setor privado.

Além dessas frentes prioritárias, o esforço na busca da qualificação do gasto público também se constitui em uma meta a ser perseguida em 2008. Nesse sentido, buscar-se-á apoiar iniciativas voltadas à melhoria da gestão, com vistas à continuidade e à qualidade dos serviços de saneamento. Na esfera da Rede Nacional de Extensão Tecnológica em Saneamento – Recesa, iniciada em 2007, espera-se, capacitar cerca de dois mil técnicos do setor. Em complementaridade, procurar-se-á propiciar às comunidades beneficiadas por ações de saneamento básico o acesso a processos produtivos educativos, visando dar continuidade, integração e sustentabilidade às ações mediante iniciativas de educação ambiental em saneamento.

6. Habitação

A questão habitacional constitui peça central da política federal de inclusão social dos setores mais vulneráveis da população, na qual o acesso universal à habitação digna e aos serviços básicos de saneamento são fundamentais para a promoção da cidadania. Não obstante esteja ainda em consolidação o arranjo institucional do setor, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS conta, atualmente, com a adesão de todos os Estados da Federação e mais de cinco mil Municípios, configurando a retomada do processo de planejamento e a criação de um ambiente com novas condições institucionais para fortalecimento da atuação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Peça central desta estratégia, o Plano Nacional de Habitação, em desenvolvimento, irá orientar o planejamento de longo prazo do Governo Federal para os próximos 16 anos. O Plano objetiva estabelecer diretrizes e metas físico-financeiras, linhas de

financiamento, áreas prioritárias de intervenção, instrumentos de articulação entre planos, programas e ações dos diversos entes, além de fomentar a produção de mercado e aperfeiçoar o funcionamento da cadeia produtiva, orientando a atuação do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais envolvidos no setor.

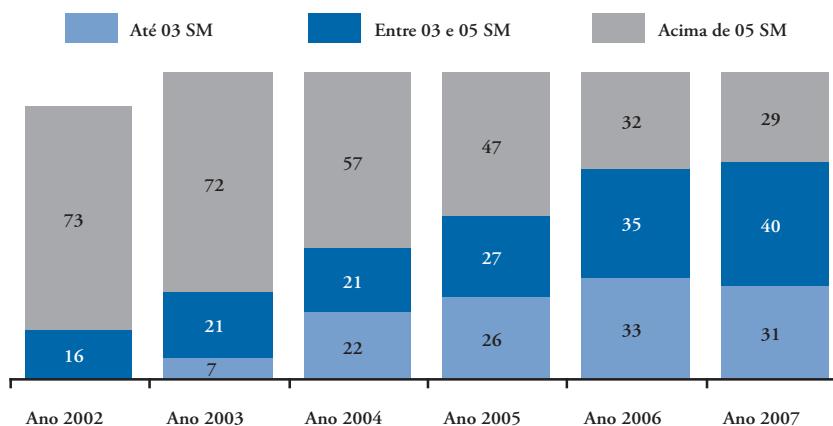
Para o período 2007-2010, o PAC prevê aporte de recursos significativo para a área habitacional. Serão destinados no quadriênio, recursos do OGU, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, do FGTS, do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, da ordem de R\$ 55,9 bilhões, incluindo contrapartidas estimadas de R\$ 9,3 bilhões.

Em 2007, foi definida a alocação de R\$ 8,46 bilhões do OGU em projetos de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, tais como: Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; Guarituba/Curitiba, no Paraná; Vila Dique e Nazaré/Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis, em Santa Catarina; Estrutural, no Distrito Federal; além de erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco, nos Municípios de Rio Branco (AC); Manaus (AM); Macapá (AP); Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal (PA); Porto Velho (RO); Lauro de Freitas (BA); Fortaleza (CE); João Pessoa (PB); região metropolitana de Recife (PE); Baixada Santista (SP) e 72 outros Municípios de grande porte em todos os Estados.

Com recursos do FNHIS, em 2007, foram contratados R\$ 650 milhões para urbanização de 146 assentamentos precários, R\$ 304,4 milhões para provisão habitacional, R\$ 35,7 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Municípios e R\$ 9,7 milhões na contratação de assistência técnica. Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, o FNHIS vem alocando R\$ 1 bilhão/ano, mesmo montante previsto por ano até 2010, destinado a atender as necessidades habitacionais da população em situação de vulnerabilidade social.

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda, até cinco salários mínimos, resultou na ampliação dos investimentos, na revisão dos programas e diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS, a maior fonte de recursos do setor habitacional. O incremento nos subsídios e as demais medidas adotadas possibilitaram inverter uma tendência histórica de aplicação dos recursos do FGTS, ampliando significativamente o acesso à moradia às famílias com menor poder aquisitivo, conforme apresentado no gráfico que se segue.

**Gráfico 7 – % de Investimento Habitacional por Faixa de Renda
RECURSO FGTS**



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Informações atualizadas até 28/12/2007.

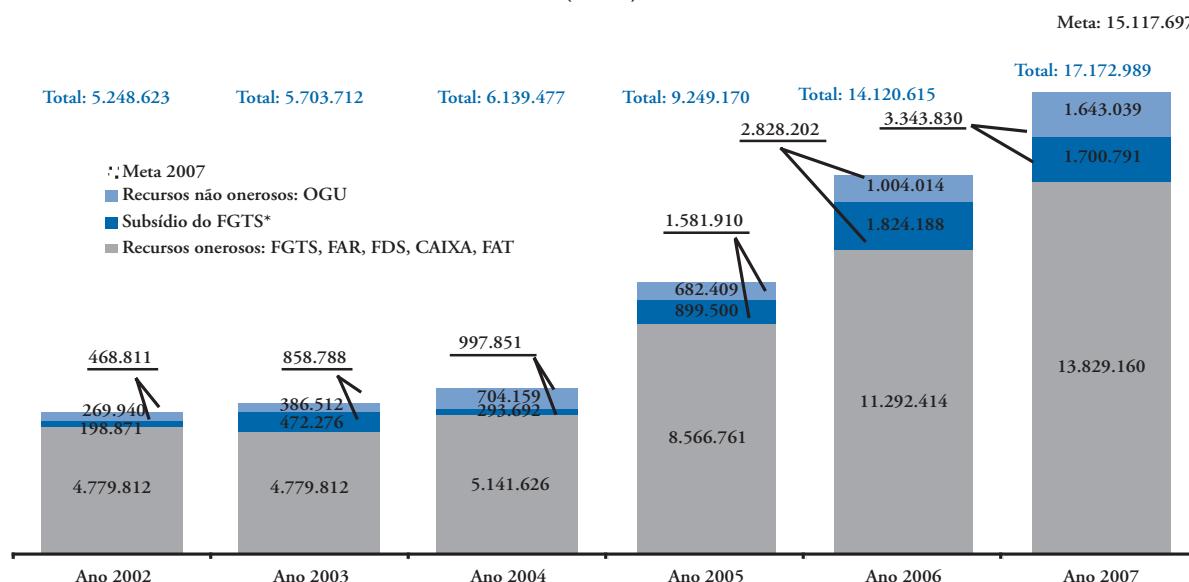
No âmbito do FGTS, destaca-se em 2007 a retomada das operações do Pró-Moradia, programa voltado a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento ao setor público. Foram selecionadas propostas que totalizam R\$ 650 milhões. Para tanto, foi necessário alterar a legislação para ampliar os limites para contratação de operações de crédito com o setor público voltadas ao atendimento da população em assentamentos precários (Resolução CMN nº. 3.438).

No sentido de melhorar as condições de aplicação dos recursos do FGTS, foram ainda adotadas as seguintes medidas: a redução e a unificação das taxas de juros da área de Habitação Popular em 6% ao ano (até então se praticavam taxas de 8% e 9,39% ao ano); a redução da taxa de juros para 5% ao ano nas operações do Pró-Moradia; a partir de 2008, os trabalhadores detentores de contas vinculadas do FGTS serão beneficiados com redução de 0,5% ao ano; e, por fim, o prazo máximo de amortização dos financiamentos para pessoas físicas foi ampliado de 20 para 30 anos.

A parceria estabelecida em 2007 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por intermédio do financiamento ao setor público de Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), custeados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT representa importante adição de recursos para o setor. Essa linha financia ações integradas voltadas à urbanização e implantação de infra-estrutura básica e social em áreas de baixa renda, tendo sido selecionados 16 projetos, no referido exercício, compreendendo investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Como consequência dessas e de outras ações do Governo, no período 2003/2007 é visível o incremento nos investimentos para o setor habitacional, em especial para os segmentos com renda de até cinco salários mínimos. De janeiro de 2003 até dezembro de 2007, foram investidos R\$ 52,4 bilhões em habitação com recursos do FGTS, OGU, FNHIS, FAT, FDS, FAR e da Caixa Econômica Federal, contemplando quase 2,6 milhões de famílias, sendo que 78% dessas famílias têm a mencionada renda mensal, conforme gráfico que se segue.

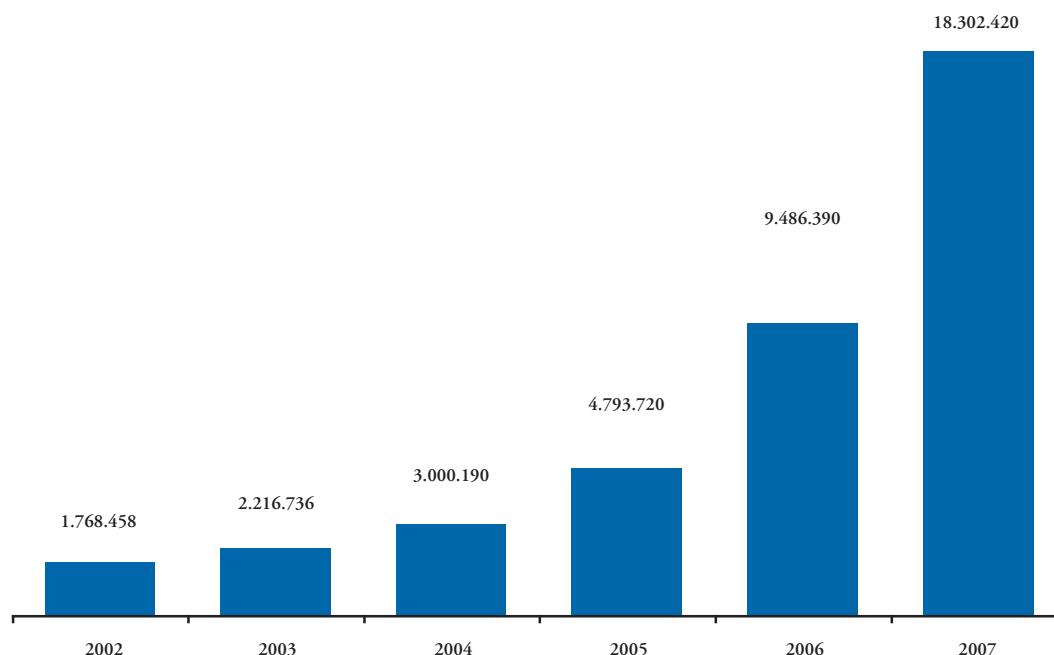
Gráfico 8 – Evolução dos Investimentos em Habitação
(em R\$)



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Informações até 28/12/2007.

A provisão habitacional para os segmentos de maior renda também mereceu atenção por parte do Governo nos últimos anos. Foram criados e aperfeiçoados diversos instrumentos jurídicos visando impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da construção civil, dando maiores garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador de imóvel. Destacam-se as Leis nºs. 10.931 e 11.033, de 2004, e a nº 11.196, de 2005, que tratam do patrimônio de afetação, de incorporações; de crédito imobiliário, do Fundo de Locação Imobiliária, de recursos previdenciários como colateral em financiamento imobiliário e de isenção ou redução de Imposto de Renda sobre ganho de capital na alienação de imóveis e sobre rendimentos de títulos representativos de créditos imobiliários. Ainda no sentido de estimular o setor da construção civil, mobilizar os agentes financeiros, ampliar o financiamento habitacional e gerar mais empregos, a partir de 2004, foram aperfeiçoadas diversas normas do Conselho Monetário Nacional visando ampliar o financiamento imobiliário para a classe média. A alteração nas normas que tratam do direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança para operações de crédito imobiliário, resultaram numa forte expansão do crédito em 2007, dez vezes superior ao verificado em 2002. Foram também estabelecidas medidas de incentivo à concessão de financiamento para imóveis de mais baixo valor a taxas de juros menores. Nos últimos 12 meses, superando a meta de R\$ 11 bilhões fixada para 2007, foram contratados R\$ 18,3 bilhões, beneficiando, 196 mil famílias.

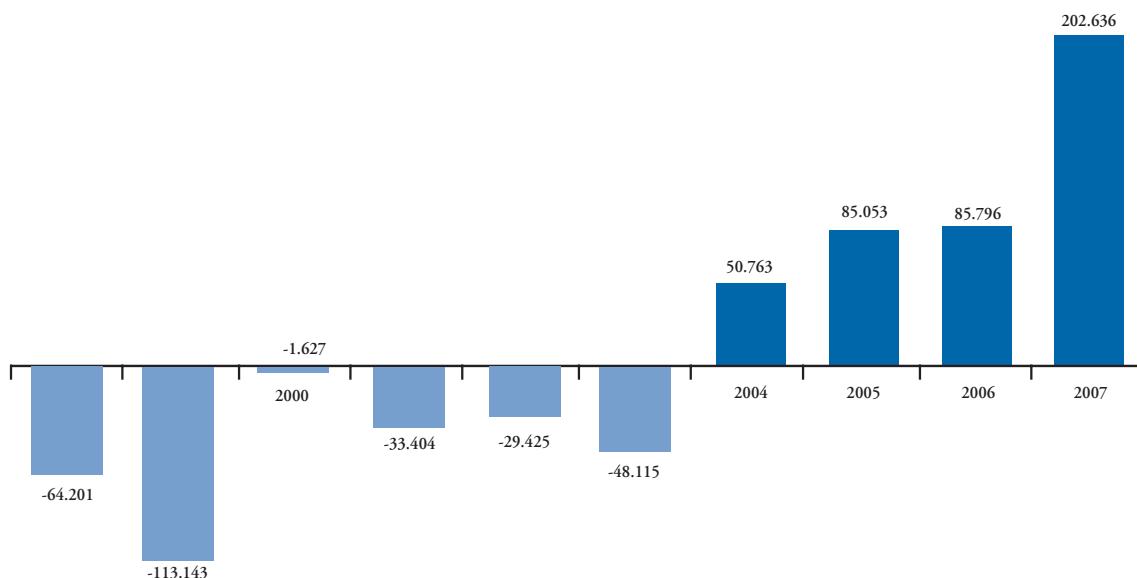
Gráfico 9 – Evolução dos Investimentos em Habitação – SBPE 2002-2007
(em R\$ mil)



Fonte: Abecip. Informações atualizadas até 28/12/2007.

Foram adotados também benefícios fiscais para a construção civil, como a redução das alíquotas ou até a eliminação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos produtos da cesta básica de material para a construção civil, como tubos e conexões de plástico, barras de concreto, portas e janelas, que estão agora com taxa zero. Essa nova estratégia impactou o nível de emprego na construção civil e no mercado de moradia. O emprego formal na construção civil saiu de um patamar negativo para um patamar positivo de 2004 em diante (50.765 em 2004, 85.053 em 2005, e 85.796 em 2006), com a indicação de alcançar em 2007 mais que o dobro do verificado no ano anterior.

Gráfico 10 – Evolução do Nível de Emprego Formal na Construção Civil



Dados de 2007 dos meses de janeiro a novembro.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED. Informações atualizadas até novembro de 2007.

Em 2008, os desafios e metas específicos para o setor habitacional são a consolidação do sistema nacional de habitação de interesse social (SNHIS); a ampliação das fontes de recursos para subsídios e harmonização das diretrizes e instrumentos; a implantação de política de oferta de solo urbanizado e regularizado de interesse social, com abrangência metropolitana e/ou regional; a implementação de sistema nacional de informação e indicadores habitacionais, com a consolidação de instrumentos de geoprocessamento; e a consolidação e ampliação do mercado privado para atendimento às faixas de renda média e média baixa.

7. Planejamento Territorial Urbano

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 2001, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Para cumprir a sua missão de assegurar o direito às cidades, o Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, atua juntamente com os Estados, Municípios e a sociedade civil na implementação dos princípios e instrumentos do Estatuto.

A pesquisa sobre o processo de elaboração dos Planos Diretores municipais em todo o Brasil, realizada entre 2006 e 2007, apontou que 92,5% dos Municípios com obrigatoriedade de elaborar seus Planos Diretores tinham seus Planos aprovados, em aprovação ou em processo de elaboração, o que pode se constituir numa base importante para a retomada do planejamento nas nossas cidades.

No âmbito do Programa Papel Passado, que promove a regularização fundiária em áreas urbanas, foram aplicados, em 2007, cerca de R\$ 9,8 milhões em ações que envolvem a elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades de regularização, por intermédio de parcerias com Governos Estaduais, Prefeituras, entidades privadas sem fins lucrativos e defensorias públicas.

Com o intuito de desburocratizar os processos de regularização fundiária e de provisão habitacional em áreas da União, o Governo declarou serem de interesse do serviço público diversas áreas para o desenvolvimento de projetos sociais. Em 2007, foram publicadas nove Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, reservando cerca de 317 mil m² de área disponível para construção de moradias. Desde 2003, foram iniciados os processos de regularização fundiária em 319 assentamentos localizados em áreas públicas federais, alcançando mais de 384 mil famílias, num esforço conjunto com Estados e Municípios, no sentido de garantir a posse da terra e o direito à moradia digna.

No aspecto normativo, vale destacar a aprovação de duas leis importantes. A Lei nº 11.481, de maio de 2007, que, entre outros dispositivos, retira os principais entraves jurídicos e aperfeiçoa a legislação patrimonial simplificando os processos de entrega de títulos, além de criar os instrumentos para a alienação e transferência de imóveis ociosos para projetos habitacionais de interesse social, em áreas da União. A Lei nº 11.483, de maio de 2007, ao dispor sobre o término do processo de liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, viabiliza a utilização do seu patrimônio em programas de regularização fundiária, de provisão habitacional de interesse social e de reabilitação de áreas urbanas. Também encontra-se em construção um novo marco regulatório da política urbana, por intermédio de um projeto de lei que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que revisará a Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

As ações do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, em 2007, estiveram focadas no fortalecimento da agenda de articulação federativa, resultando em vários acordos de cooperação nos principais centros do País, como a Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, da área portuária do Rio de Janeiro e do Projeto Recife-Olinda. Também estão em construção parcerias com os Governos Estaduais da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco. Finalmente, ressalta-se a alienação de sete imóveis do INSS para produção de habitação de interesse social, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória e Porto Alegre.

Em 2008, prevê-se o apoio aos Municípios na gestão dos planos diretores municipais, especialmente aqueles com vocação turística e os localizados na área de influência de empreendimentos do PAC. No âmbito da regularização fundiária, em 2008, as metas estão voltadas para a ampliação do apoio aos Municípios na implementação do Programa Papel Passado e para a disponibilização de imóveis vagos para a habitação e regularização de interesse social.

8. Mobilidade Urbana

No âmbito dos sistemas motorizados, ressaltam-se o apoio à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e às intervenções viárias em benefício dos sistemas já existentes. São projetos que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população. Destaca-se o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano – Trecho Parque Dom Pedro II – Cidade de Tiradentes em São Paulo, que beneficiará, diretamente, cerca de 1,5 milhão de pessoas. A obra contou com recursos federais, em 2007, da ordem de R\$ 74,6 milhões.

Destaca-se ainda o Programa de Financiamento à Infra-estrutura da Mobilidade Urbana – Promob, operacionalizado pelo BNDES com recursos do FAT. Foram aprovados, em 2007, 106 projetos que totalizam investimentos de R\$ 166,80 milhões, dos quais R\$ 25,36 milhões compreendem a contrapartida dos proponentes.

Em 2007, no âmbito do PAC, foram destinados R\$ 10,5 milhões para apoiar a elaboração de planos de mobilidade urbana nas

grandes aglomerações urbanas. Essa ação orientará os futuros investimentos do Governo no setor, visando uma política mais ampla de mobilidade, integrada às políticas de ocupação e uso do solo, e orientada por um planejamento em rede, que considera as potencialidades dos diversos modos de deslocamento.

As ações do Governo para implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários, tiveram, em 2007, recursos do PAC disponibilizados no montante de R\$ 267,7 milhões, para os seguintes projetos: implantação do trecho Rodoviária – Camaragibe (TIP-Timbi) e modernização do trecho Rodoviária – Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife; implantação do trecho Eldorado – Vilarinho e do Sistema de trens urbanos de Belo Horizonte; implantação dos trechos Sul e Oeste do sistema de trens urbanos de Fortaleza; implantação do trecho Lapa – Pirajá do Metrô de Salvador; e modernização do trecho Calçada – Paripe do sistema de trens urbanos de Salvador. Foram também disponibilizados R\$ 12,2 milhões para a recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Destaca-se, ainda, no âmbito do sistema metroferroviário as obras de reforma, modernização e de Acessibilidade da Estação Mercado e Revitalização de seu Entorno (Praça Revolução Farroupilha), em Porto Alegre.

Para o exercício de 2008, está prevista a aplicação de R\$ 451,4 milhões para projetos em transporte metroferroviário programados para os sistemas de Salvador, de Fortaleza, de Belo Horizonte, de Recife, todos no âmbito do PAC, e para o programa de recuperação dos sistemas de Natal, João Pessoa e de Maceió.

9. Trânsito

O Governo, por intermédio do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), desenvolveu ações destinadas a reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança no trânsito, em 2007, entre as quais se destacam: as campanhas de conscientização e de informação à população; o início da implementação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), a conclusão da implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e o fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito, por meio da realização de cursos de capacitação, congressos, seminários e distribuição de material técnico.

Ainda em 2007, foi concluída a reformulação do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest) e iniciada a fase de treinamento dos representantes de órgãos de trânsito estaduais e municipais para a utilização desse sistema, que representa um avanço importante na consolidação dos dados de acidentes e estatísticas de trânsito. Também foi concluída a implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito, integrando as ações dos órgãos de autuação nas 27 Unidades da Federação.

Em 2008, será dada continuidade à implementação do Siniav e realizados os Exames Nacionais de Instrutores de Trânsito (Enit) e de Examinadores de Trânsito (Enet). Serão ainda promovidos cursos destinados aos profissionais do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e o VIII Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito. Prevê-se a realização de oito campanhas educativas de utilidade pública nos períodos do ano de maior ocorrência de acidentes de trânsito e a disponibilização aos órgãos e entidades do SNT de estatísticas que representem a realidade do trânsito no País, por meio do Renaest.